



GT 11. Antropologia das Práticas Juvenis

Coordenador(es):

Frank Nilton Marcon (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Mylene Mizrahi (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

O presente GT tem como objetivo reunir trabalhos resultantes de pesquisas em conclusão ou em andamento, que tenham como foco de investigação as práticas juvenis em suas mais diversas expressões. Mudanças sociais, políticas e culturais ocorridas no ocidente, especialmente na segunda metade do século XX, produziram alterações significativas nas subjetividades juvenis, promovendo mudanças no conjunto das experiências que por muito tempo definiram os sentidos de “ser jovem” e “ser adulto”. Atualmente, as pesquisas antropológicas tem lançado mão de diferentes abordagens teóricas e metodológicas para a compreensão das práticas juvenis, das quais se destacam a influência das teorias da agência, dos estudos sobre performativity, das abordagens disposicionalistas, como também de uma releitura dos Cultural Studies. Desse modo, fazer uma antropologia das práticas juvenis em nosso atual contexto, trata-se não apenas de estar atento às mudanças nos repertórios de sentidos acionados pelos/as jovens, como também de se abrir para possibilidades interpretativas advindas de outros campos do saber. Serão aceitas para o debate nesse grupo de trabalho, pesquisas, especialmente etnografias, que se dediquem ao estudo das práticas juvenis a partir de diferentes temas, tais como: sociabilidades e territorialidades; gênero, sexualidade e relações étnico-raciais; educação, trabalho e profissionalização; arte, estética e performativity; entre outros

As dimensões simbólicas das Facções Criminosas nas sociabilidades juvenis.

Autoria: Sérgio da Silva Santos (SEUNE - Faculdade da Seune)

Este work é fruto de uma pesquisa de Tese desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, apresentada em novembro de 2019. Trata-se de uma abordagem sobre as narrativas em torno das Facções Criminosas em Alagoas, considerando as juventudes como importantes atores na constituição dessas narrativas. Nesse sentido, uma das especificidades tratadas foram as redes sociais e o papel dos símbolos nos processos de sociabilidades juvenis. As redes sociais são espaços de sociabilidades que intensificam as dinâmicas interacionais e os diálogos que fazem parte do cotidiano de muitos jovens. O acesso à internet tem crescido de forma exponencial no Brasil e produzido um espaço de interação, negociação e de disputas. Os fenômenos interacionais, a partir da vida online, aumentaram as dinâmicas de conflitos e as práticas de opressões, mas também aumentaram a possibilidade da participação política dos internautas. As disputas pelo espaço, ou melhor, ciberespaço, fomentaram inúmeras questões que incidem na vida das pessoas, principalmente das juventudes. No contexto das Facções Criminosas os números 2 e o 3 tornaram-se símbolos das grupos criminosos CVRL ? Comando Vermelho Rogério Lemgruber e PCC ? Primeiro Comando da Capital, em Alagoas, e contribuem no processo de significações e de interações nos contextos da realidade virtual e do cotidiano das juventudes. A vida online se confunde com sua vida offline. Atualmente, nas redes sociais, o jogo simbólico atravessa a tela e adentra a realidade da vida cotidiana nas ruas. Ocupar as redes sociais para se popularizar é uma estratégia que deu certo para as facções criminosas, seja para o PCC seja para o CVRL seja ainda para outras facções. Elas passaram a ser uma ferramenta para que suas práticas se tornassem públicas. Nelas seus membros performam e praticam o exibicionismo. A busca por seguidores, admiradores ou até mesmo curiosos, estimula as redes sociais desses atores. Assim, o poder do símbolo é constituído através da popularidade das facções criminosas no cotidiano da cidade. São muitos os jovens que publicam em suas redes sociais as marcas que estabelecem vínculos



simbólicos com as facções criminosas Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital. É também decisivo o poder exercido por esses atores na mudança do comportamento dos jovens no que se refere ao acesso deles à cidade e às redes sociais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: